

A mulher do campo: nuances do processo de alfabetização e o apoio do educador (a)

The rural woman: nuances of the literacy process and the educator's support

Vanda Almeida da Cunha Araújo ^{1*}, PhD. Dra. Débora Araújo Leal ².

RESUMO

A trajetória da mulher para ter o direito de estudar foi marcada por muita luta, o machismo enraizado na família é o principal obstáculo para as mulheres rurais ter acesso a educação. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, onde possibilitou um olhar para as mulheres da zona rural e com o Estado adotar meios de inserção das mulheres do campo na educação rural. Deste modo, foi possível observar com essa presente pesquisa e gerenciar a preparação para a inserção de mulheres rurais que necessite de educação de qualidade, o que é direito de todos e ao falar de trabalho, quase todas as mulheres possuem a intenção de trabalhar e melhorar a renda da família, para isso, precisam se inserir no mercado, e para que isso ocorra é necessário uma maior e melhor formação escolar. Para as mulheres a escola abre oportunidades, pois é neste espaço que as mesmas podem melhorar sua condição de escolaridade e, dessa forma, ampliar conhecimentos, superar vários obstáculos na busca de vagas no mercado de trabalho.

Palavras Chaves: Mulheres; Escola; Machismo; Educação.

ABSTRACT

The trajectory of women to have the right to study was marked by a lot of struggle, machismo rooted in the family is the main obstacle for rural women to have access to education. The methodology used was the bibliographic research, which allowed a look at rural women and with the State to adopt means of insertion of rural women in rural education. In this way, it was possible to observe with this present research and manage the preparation for the insertion of rural women who need quality education, which is everyone's right and when talking about work, almost all women have the intention of working and improving family income, for this, they need to enter the market, and for this to occur, greater and better schooling is necessary. Schools open up opportunities for women, because it is in this space that they can improve their schooling condition and, in this way, expand knowledge, overcome various obstacles in the search for vacancies in the job market.

Key Words: Women; School; Chauvinism; Education.

¹ Instituição de afiliação¹ Emil Brunner World University

*E-mail: vandafases@gmail.com

INTRODUÇÃO

Sabemos que o debate acerca da opressão da mulher ao longo de séculos não advém de um simples fato pontual abordado nas teorias do patriarcado. Fica o entendimento de que o domínio do homem a partir da marca biológica entre os sexos já perdeu espaço no debate. No entanto, outros elementos inerentes à própria evolução da sociedade foram agregados à posição da mulher na sociedade. Assim, é preciso discernir alguns pontos que envolvem a postura submissa da mulher frente à sociedade que surgia, a sociedade industrial.

Com o advento da sociedade industrial, a mulher, pela própria dinâmica dessa nova conjuntura é chamada a assumir outras atividades além das de mãe, dona de casa, esposa. Nesse contexto, inicialmente urbano, a mulher é obrigada a entrar no mercado de trabalho oferecido pelo processo de industrialização, onde a carga de obrigações extrapola as do lar e o peso das responsabilidades internas e externas provocam inquietações.

Nessa conjuntura de tantas atividades e responsabilidades para serem absorvidas ampliam-se os debates acerca da condição da mulher, seus direitos, suas reivindicações, suas lutas por melhores condições de vida, tanto no lar quanto no trabalho fora dele. Esses novos elementos incorporados à rotina da mulher, a partir do advento da industrialização, promoveu um despertar maior acerca da luta por melhores condições de vida no âmbito doméstico e também no trabalho.

Diante da nova condição da mulher a partir do surgimento da indústria, observa-se que as novas incumbências atribuídas e assumidas pela mulher correspondem às necessidades e exigências da sociedade de consumo e estão plenamente a serviço da ideologia dominante (GROLLI, 1999, p. 35-36). Essa ideologia dominante, eminentemente masculina, ainda cultiva a imagem da mulher como a responsável pelo lar e dona de casa, no entanto a mulher possui expectativas de trabalho para além dele.

Segundo Albornoz (1985, p. 66), esta nova conjuntura de trabalho “extra-lar” apresentada à mulher evidência,

O caráter de novidade do trabalho da mulher na época industrial se deve à separação entre o lugar de trabalho e de moradia. As mulheres dos camponeses, dos artesões, dos pequenos comerciantes do século XVIII, por exemplo, trabalhavam ao lado dos maridos na empresa familiar; lugar de trabalho e moradia se identificavam. Com a concentração urbana e industrial (e burocrática), a mulher é contratada como operário ou empregada, uma vez que a mecanização da produção e a organização de serviços tornam interessante o trabalho feminino – igualmente apto, às vezes mais adequado, menos reivindicativo, mais barato e submisso.

Separando os trabalhos da família e o lugar onde moram, pois têm que se dirigir à fábrica, à organização.

A partir dessa realidade vivenciada pela mulher deu-se início a um despertar da sua condição enquanto trabalhadora e detentora de direitos, nesse momento se acirram as insatisfações com o sistema implantado pelas fábricas e começam movimentos de busca por melhores condições de trabalho e vida.

Nesse contexto, nascem as reivindicações pela diminuição da jornada de trabalho, pela implantação de creches, refeitórios, entre outros aspectos que irão fomentar a luta das mulheres dentro de um novo panorama da sociedade industrial. A ideia da sociedade de classe sustenta e reforça a opressão da mulher, ocultando as causas que impedem a sua libertação, vinculando na libertação de todo o povo oprimido (GROLI, 1999).

O APOIO DO EDUCADOR NA VIDA DA MULHER DO CAMPO VISANDO EVITAR O MACHISMO QUE É ENRAIZADO NO AMBITO FAMILIAR

Os movimentos sociais trouxeram para o debate uma proposta de educação para os povos do campo que se diferenciava da proposta de educação rural até então vigente, as reivindicações desses movimentos buscavam conceber uma educação para o campo que atendesse aos verdadeiros interesses das pessoas e grupos sociais organizados, uma educação que estivesse voltada para o desenvolvimento sociocultural e econômico dos sujeitos, que atendesse às diferenças históricas e socioculturais da população, que oportunizasse uma convivência digna com seu espaço de trabalho e luta, proporcionando assim, outras formas de trabalho e renda para todos.

Embora os termos Educação Rural e Educação do campo não pareçam tão diferentes, sua gênese encontra-se no entendimento e abordagem dado pelos segmentos que as discutem.

Na Educação Rural o Estado pensa e executa ações de superação que “julgam” serem deficientes nos espaços rurais, enquanto os agentes centrais da Educação do Campo, que são os movimentos sociais, propõem outra concepção de educação, a qual atenda objetivos que contemplem a valorização e emancipação da classe trabalhadora no campo.

A escola não é entendida como “único” meio de formação e aquisição de saberes. No entanto, reconhece essa instituição como uma referência que ainda permeia o

imaginário de muitos cidadãos do rural e do urbano como uma forma de superação, de mudança de vida, de possibilidade de trabalho e conseqüentemente de melhor qualidade de vida. O acesso e a permanência na escola para conclusão do processo de escolarização precisam ser garantidos pelo poder público, pois para muitos brasileiros e brasileiras, especialmente para as pessoas que vivem no rural no Nordeste e em todo o país, esse direito ainda é um sonho não concretizado. Para Mançano (2008):

A educação do campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação, nem de escolas, porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades e formas. E ao nascer lutando por direitos coletivos que dizem respeito à esfera do público, nasceu afirmando que não se trata de qualquer política pública: o debate é de forma, conteúdo e sujeitos envolvidos. A educação do campo nasceu também como crítica a uma educação pensada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico se colasse a sua realidade, de relações sociais concretas, de vida acontecendo em sua necessária complexidade.

A educação do campo surge das demandas da própria comunidade, e segue em busca da colaboração em forma uma opinião crítica e autônoma dos sujeitos pensantes, capazes de intervir e mudar a difícil realidade camponesa. Diante disso, é importante reiterar que a educação rural centraliza o poder em suas ações no favorecimento do agronegócio e na valorização do latifúndio. A educação do campo engloba vários fatores de educação, a presença dos alunos e professores, transforma o ensino e o ambiente em uma origem acolhedora, onde os professores possui a paciência em ministrar aulas para pessoas que nunca teve contado com um lápis, caderno, calculadora e muitos não possuem uma boa dicção.

O educador por muitas vezes não possui somente o papel de ministrar aulas, mas sim de amigo dos alunos, principalmente das mulheres, onde muitas para poder estudar têm que reivindicar alguma coisa. O machismo dos maridos por muita das vezes ainda é um fator que contribuem para muitas mulheres não procurar a escola, na cabeça dos maridos, as mulheres servem só para cuidar dos filhos e cuidar do lar, pensar em estudar não é permitido.

Com o advento da sociedade industrial, a mulher, pela própria dinâmica dessa nova conjuntura é chamada a assumir outras atividades além das de mãe, dona de casa,

esposa. Nesse contexto, inicialmente urbano, a mulher é obrigada a entrar no mercado de trabalho oferecido pelo processo de industrialização, onde a carga de obrigações extrapola as do lar e o peso das responsabilidades internas e externas provocam inquietações. Conforme Fazenda (1994, p. 62-63);

A tendência em olhar a sala de aula sob uma única e determinada perspectiva acarreta sérias limitações, quer no referente às análises, quer nas sínteses enunciadas [...] colocar em dúvida teorias construídas a partir de uma atitude disciplinar não significa isolá-las ou anulá-las, mas enfatizar nelas o seu caráter de provisoriedade. Essa provisoriedade justifica-se pela complexidade dos fenômenos envolvidos nas ocorrências de sala de aula. A atitude interdisciplinar visa, nesse sentido, uma transgressão aos paradigmas rígidos da ciência escolar atual, na forma como vem se configurando, disciplinarmente.

Nessa conjuntura de tantas atividades e responsabilidades para serem absorvidas ampliam-se os debates acerca da condição da mulher, seus direitos, suas reivindicações, suas lutas por melhores condições de vida, tanto no lar quanto no trabalho fora dele. Esses novos elementos incorporados à rotina da mulher, a partir do advento da industrialização, promoveu um despertar maior acerca da luta por melhores condições de vida no âmbito doméstico e também no trabalho.

Diante da nova condição da mulher a partir do surgimento da indústria, observa-se que as novas incumbências atribuídas e assumidas pela mulher correspondem às necessidades e exigências da sociedade de consumo e estão plenamente a serviço da ideologia dominante (GROLLI, 1999, p. 35-36). Essa ideologia dominante, eminentemente masculina, ainda cultiva a imagem da mulher como a responsável pelo lar e dona de casa, no entanto a mulher possui expectativas de trabalho para além dele.

Os estudos sobre gênero apontam que a opressão da mulher é resultado da negação de direitos ao longo da história da humanidade, dentre esses direitos negados, o direito à educação se apresenta como um dos principais. Nesse cenário de inexistência de direitos, as mulheres foram submetidas às máximas patriarcais e consideradas inferiores, frágeis, incapazes, ficando responsáveis pela maternidade e os cuidados com o lar.

É indispensável compreender o conceito de machismo, bem como suas interferências diretas no que se trata da relação com a não heterossexualidade de estudantes e docentes, e como a relação do machismo na convivência desses mesmos estudantes e docentes. Dessa forma, o conceito de machismo será esmiuçado nessas

vertentes, transparecendo o quadro teórico analisado anteriormente sobre essa temática. (ARAÚJO, 2015).

A mulher que mora no campo possui uma grande dificuldade quando se trata em conquistar seu sonho por meio dos estudos, muitas não possuem o apoio da família tornando um desafio grande, muitas para conseguir estudar, leva os filhos para a escola, mas acaba desconcentrando os outros alunos e com esse incômodo muitas acabam desistindo dos estudos.

A violência dos maridos não deixa marca somente no físico das mulheres, mas, principalmente, no psicológico. No campo ainda consiste aquele ditado lamentável que “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, pelo fato das mulheres no campo ser sustentada por seus maridos, o medo prevalece, e com a violência acontecendo, elas não podem sair de casa e nem procurar uma melhoria de vida, pois a maioria são analfabetas e possui mais de um filho, o que dificulta bastante a vida da mulher rural.

A escola surge no campo como um apoio e incentivo para as mulheres, pois é através da escola que muitas mulheres denunciam o seu marido, o que antes não era crime, hoje é, a Lei Maria da Penha é uma segurança para as mulheres, não importa se a mulher mora no campo ou na cidade, a Lei está para garantir o direito da mulher e proteger a sua vida.

Os professores do campo atuam não somente como professores, mas, como amigos das mulheres rurais e incentivadores. A mulher que mora no campo foi criada com a cultura machista, até na sua infância era criada para falar baixo, vestir roupas longas, cuidar dos irmãos, fazer comida, colher alimentos e jamais poderia falar alto com seu pai ou marido. Com 12 anos a maioria das meninas já era casadas e já tinha filho, a adolescência era perdida e com isso a sua vida agora seria somente para cuidar das crianças e ser dona de casa.

Quando a escola chega no campo, muitos homens não se adequam com a ideia que a mulher tem que estudar, mas, somente os filhos homens, porque as filhas e as esposas iriam cuidar do lar. Desse modo, muitas mulheres resolveram se matricular na escola e com isso foi gerado uma revolta, pois os maridos não aceitam que as suas mulheres frequentassem a escola.

O desenvolvimento da mulher rural na escola é importante, pois não é somente as mulheres que aprendem no âmbito escolar, mas também os professores, as histórias de vida das mulheres são emocionantes e incentivadoras, pois mesmo diante de dificuldades,

essas mulheres são batalhadoras e não foge da luta. Às mulheres era reservado um lugar de menor destaque. Seus direitos e seus deveres estavam sempre voltados para a criação dos filhos e os cuidados do lar, portanto, para a vida privada. (SILVA, 2010).

As crianças do campo incentivaram as mulheres a frequentar as aulas, pois muitas mães levavam os filhos para a escola e acabam ficando até o término da aula e além de perceber o desenvolvimento da criança que antes era baixo, elas aprendem com os ensinamentos dos professores.

Geralmente, no caso dessas situações problema que as docentes enfrentam e que as obrigam a convocar pais/responsáveis, é evidenciado que um peso recai com maior força sobre as mães, uma vez que quaisquer “falhas” na educação das crianças e adolescentes costuma ser atribuída à figura feminina que os acompanhou, pois no imaginário social, continua sendo responsabilidade da mulher o cuidar dos filhos, com todos os esforços físicos e psicológicos que isso representa (SANTANA, 2012).

Na educação rural, o planejamento pedagógico tem que ser elaborado de acordo com a situação de vida dos alunos e do meio no qual é ministrado as aulas, a falta de recurso de muitos alunos não permite um avanço rápido na educação, pois muitos não possuem acesso com a internet e com isso não consegue se atualizar sobre os outros assuntos, desenvolver uma melhor dicção e estudar on-line. Segundo Freire (1980);

Educação como processo social para a libertação é contrária ao esquema tradicional cujo objetivo era mudar a mentalidade dos (as) oprimidos (as), segundo os interesses escusos de tais libertadores e não mudar a realidade que os oprimia. A educação libertadora sendo profética (anuncia e denuncia), leva aos seres humanos oprimidos (as) à consciência crítica de seu estado de coisificação e a se reconhecerem. Deste modo, ela restaura a vocação ontológica e histórica dos seres humanos perdida nos regimes opressores. A consciência crítica tem como objetivo levar os seres humanos a assumirem o seu papel de conhecerem a desumanização, este conhecimento leva a tomadas de atitudes diante do mundo desumanizado, este conhecimento leva os (as) oprimidos (as) a enfrentarem situações desumanas nas quais se encontram como vítimas manipuladas, procurando promover por suas próprias mãos, o processo de libertação pelas suas práxis. O ponto de partida da educação como processo de libertação e autonomia [...] é o ser humano oprimido (a). E caso ele esteja ausente deste processo então se pode incorrer no risco da adoção de métodos e formas de ação que o reconduzam à condição de objeto. Esse homem, essa mulher são seres de raízes e espaço temporais, consciente de sua incompletude e, em busca de ser mais, no mundo e com o mundo, somente mulheres e homens autônomos podem construir, criticamente e coletivamente, sua emancipação.

Na legislação brasileira a educação do campo é tratada como educação rural, onde estas são definidas como cujos espaços são da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura. No entanto, a primeira ultrapassa a segunda ao incorporar os espaços pesqueiros, extrativistas, ribeirinhos e caiçaras. Sendo assim, o campo passa a ser considerado como um espaço de inter-relação entre os seres humanos e as práticas que constroem e reconstroem condições específicas da sua existência social perpassada pela dimensão humana.

Nesse sentido, sendo o campo considerado um espaço de diversos gêneros, de muitas culturas e de diversas particularidades mostram a luta por uma educação que seja do campo e não apenas para o campo, “entendendo que as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas no Campo que de fato contemple os povos do campo” (SANTOS, 2011, p. 19).

O trabalho remunerado é algo muito importante para as mulheres rurais, pois proporciona independência, contribui com as despesas da família, oportuniza aprendizado, aumenta a autoestima, socializa. No entanto, ao mesmo tempo, elas precisam contornar outras tantas situações que enfrentam no dia-a-dia das suas vidas, pois precisam ser estudantes, trabalhadoras, esposas, mães, entre outras funções que desenvolvem no seu dia-a-dia.

Dessa forma, segundo Ribeiro (1987), a Educação do Campo surge como “confronto” à educação rural – esta que é caracterizada pela autora como a negação de educação de qualidade à população do campo. A pesquisadora argumenta ainda que a Educação do Campo foi construída pelos movimentos populares de luta pela terra organizados a partir do movimento camponês, articulando o trabalho de produção à educação, diferentemente da educação rural que tinha o homem do campo como mera mercadoria.

A insegurança que Arroyo (2007) relata em sua reflexão é uma realidade na vida das mulheres e o fato de não ter concluído os estudos e, conseqüentemente, não ter emprego/trabalho as coloca em situação de dependência, posição esta que as incomoda e constrange. Talvez todos estes sentimentos impulsionem o retorno aos bancos da escola. Sobre esses aspectos, Scwendler (2008, p. 40) alerta que:

[...] devido às distâncias entre os moradores e as próprias comunidades onde passa o transporte escolar, os educandos são obrigados a levantar muitas vezes de madrugada, e/ou ficarem horas no trajeto entre a sua casa e a escola. Assim, ficam à margem do cotidiano da vida e dos

valores do campo. Quando os educandos são retirados do seu contexto para estudar (por meio da nuclearização na cidade), são afastados de suas raízes culturais, de sua identidade. Além de conviverem, muitas vezes, com o preconceito por serem do campo, cria-se e se reforça nos educandos a ideia de que a cidade é lugar do moderno e o campo do atraso, de uma cultura inferior, ultrapassada. O campo é esvaziado de sentido, a cidade e a escola da cidade são vistas como espaços que oferecem mais opções de lazer, de aprendizagem, possuem mais infraestrutura e são mais valorizadas no imaginário popular. A escola no campo constitui referência social, um espaço da comunidade, eixo central para a organização, a sociabilidade, o lazer.

Diante da intensa concentração urbana das últimas décadas, fica cada vez mais difícil encontrar professores que atuem nas escolas de áreas rurais. Os professores que chegam às escolas rurais, muitos deles, trazem uma cultura urbana enraizada em seu fazer, esse fato atrelado às deficiências de sua formação pedagógica privilegiam uma conduta escolar urbana, e desmerece a especificidade do mundo rural.

Os ideais do movimento feminista tiveram início com a luta pelos direitos das mulheres. Segundo Gonçalves (1998), esse movimento nasce sob as bases do pensamento Iluminista proposto nos séculos XVIII e XIX, aproximando-se dos ideais das revoluções americana e francesa e do surgimento dos estudos das ciências sociais. Nessa perspectiva o movimento feminista “nasce” acompanhando os referenciais do Liberalismo, do Estado Moderno, o qual traz para o debate a noção de Direitos Universais e na ebulição desse contexto surge espaço para que as mulheres também participem dos encontros constitutivos da política da época.

Essas experiências podem contribuir para a gestação de embriões de democratização, socialização de poder, superação dos desafios, afirmação de identidades e seres humanos preocupados com o fortalecimento de ambientes coletivos. Existe hoje nos espaços formais e informais da produção do conhecimento, uma urgente necessidade de intervenção, propondo reflexões que tenham por meta problematizar as dificuldades que, por ventura, possam ser apresentadas quanto às questões teórico-metodológicas da educação do campo, na perspectiva crítica, dialógica e histórica do saber.

Nota-se que esses aspectos ressaltam algumas possibilidades em torno dos processos indenitários ligados à visão de hegemonia no campo agrário e como essa visão vem sendo na atualidade, reconfigurada pelos atores políticos nesses espaços de conflitos. (ARROYO, 2004; CALDART, 2010, 2012, 2015).

METÓDO

Este estudo de natureza qualitativa e bibliográfica objetiva compreender a importância da Educação no campo tendo em vista a necessidade de um sistema educativo para mulheres trabalhadoras rurais, é salutar e notório a ausência de recursos do Estado para a Educação Rural.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, onde possibilitou um olhar para as mulheres da zona rural com a opinião de diversos autores, teorias e a responsabilidade principal do Estado como garantidor dos direitos sociais e principalmente da educação para as mulheres rurais. Assim foi mostrado que o ensino no campo é imensamente enriquecedor e ao mesmo tempo provocativo, pois desperta um olhar crítico da ausência de recursos e a falta de observância do Estado para as mulheres trabalhadoras rurais, sendo assim é proposto métodos adequados e efetivos para a inserção deste público alvo no âmbito escolar. Diante disso, ao pensar em espaços rurais, mulheres e educação, nos reportamos às diversas situações de abandono e invisibilidade que ocorrem em várias partes do Brasil.

Autores como Souza (2004), Josso (2010), Rios (2008, 2011), Dominicé (1988), Minayo (1994, 2000), Spindola (2003) Viana (2001), Meksenas (2002), Haguette (1999), entre outros, foram utilizados como referências para uma maior e melhor compreensão do trabalho metodológico proposto.

Para definir a educação rural é necessário começar com a identificação do sujeito a quem se destina. Em termos gerais, o receptor da educação rural é a população agrícola formada por todas as pessoas para quem a agricultura representa o principal meio de subsistência (PETTY; TOMBIM; VERA, 1981)

RESULTADOS

Deste modo, foi possível observar com essa presente pesquisa e gerenciar a preparação para a inserção de mulheres rurais que necessite de educação de qualidade, o que é direito de todos. Inclusive, é observando e pleiteando o incentivo para a Educação no campo para mulheres rurais, com mais recurso que busquem priorizar a educação e o conhecimento, com professores qualificados e escolas preparadas para atender não só as mulheres rurais, mas todos que moram no campo, sendo assim, é possível investigar como esse tema é abordado no meio social e educacional e elaborar juntamente com o Estado um plano educacional que vise a educação rural com mais prioridade.

Assim, ao pensar “gênero” como uma categoria que busca a igualdade entre os sexos, numa perspectiva de mudança de valores, modos de vida e percepção do homem frente à mulher e da mulher frente a si mesma, elaborei algumas questões para direcionar minha busca por respostas, como pensar uma mudança de percepção, de valores e modos de vida quando não se tem oportunidade de convivência com outras realidades? Quais as fontes de informação que essas mulheres têm para conjuntamente refletir sua vida? Como pensar igualdade entre os sexos em situações de abandono e invisibilidade? Quais as chances de superação da opressão diante de situações de extrema desigualdade social? Como a escola e o processo de escolarização podem contribuir para a tomada de consciência das mulheres?

O machismo é o principal causador para que as mulheres não adentrem na escola, pois com a falta de recurso, com filhos e sem renda, as mulheres se sentem desprotegidas e com medo dos maridos, sendo assim, a escola é descartada dos seus sonhos.

Nessa perspectiva, ao refletir sobre a educação escolar para pessoas do campo, muitas são as pautas necessárias, que vão da infraestrutura escolar, como das condições de ir e vir dos sujeitos em busca da escolarização. Além disto, e não menos importante, é preciso pensar na formação dos professores como uma necessidade permanente. Essa formação docente precisa comungar com o entendimento de que o rural/o campo é um espaço em que indivíduos vivem de maneira digna, buscando, através do aperfeiçoamento de conhecimentos e lutas, a garantia de seus direitos, como por exemplo, um projeto educativo que atenda às especificidades da identidade rural.

O processo de escolarização para as mulheres do campo encontra se em atraso, o que ocasionou vários problemas em suas vidas. O abandono escolar e as condições precárias de vida atingem grande parte da vida de muitas mulheres. Muitas e ainda crianças, acabam desistindo da escola e abrindo a mão dos estudos para trabalhar e ajudar a família; à gravidez precoce e às responsabilidades oriundas do nascimento dos filhos e um fator muito presente na vida das mulheres do campo.

A conclusão dos estudos é uma porta que se abre e oportuniza melhores condições de trabalho e de qualidade de vida. As mulheres acreditam que a escola amplia horizontes, abre possibilidades e oportunidades de melhores empregos e também condições salariais, essa constatação se fundamenta nas exigências que o mercado de trabalho estabelece, solicitando níveis cada vez mais altos de qualificação profissional e anos de estudo.

CONCLUSÃO

As reflexões acerca da postura da mulher ao longo do tempo e na sociedade atual já se tornou pauta constante na agenda dos movimentos femininos, das organizações e grupos de mulheres tanto das áreas urbanas como das rurais. Compreendemos que a luta das mulheres em busca de direitos relegados ao longo de séculos como permanente, sejam ou estejam em espaços urbanos ou rurais. Uma nova ordem social, econômica e cultural para as mulheres vai exigir a gestação de inovadores e criativos processos dialéticos de reconstrução do conhecimento humano, nessa nova dimensão é necessário produzir relações sociais justas entre os sexos.

O capitalismo produtivo não valoriza o tempo gasto no cuidado da reprodução da vida social, este não proporciona lucro, não resulta em renda financeira, dessa maneira pode ser realizado de qualquer forma, desvalorizado e invisível. Como o sistema capitalista “dita” normas comportamentais, gostos, tendências, o tempo gasto para outras atividades que não as que produzem mais-valia não ganham reconhecimento.

Á educação com mulheres em espaços rurais possibilita observar sensivelmente os traços dessas histórias, das narrativas, do tempo que constitui essas histórias, das experiências, da bagagem que trazem em suas memórias, das lembranças, dos desejos e dos seus sonhos, o que para muitos é uma simples besteira, para essas mulheres que encontra apoio na educação rural é uma motivação para a vida e para o conhecimento.

A maioria das mulheres abandonou a escola no início do processo de escolarização e somente agora estão, aos poucos, retornando. Esse retorno pode levar um ou vinte anos, no entanto, independente do período em que ficaram fora do espaço escolar, ao chegar no EJA precisam garantir as condições mínimas de formação e qualificação, preceitos básicos para sua atuação cidadã na sociedade.

Isso é o que acontece com as mulheres rurais, enquanto a classe alta possui condição de estudar, o que era proposto para as mulheres era trabalho e mais trabalho. Com o avanço da sociedade e mudanças na educação, tudo mudou e o que era antes um passado sombrio, hoje se tornou um presente com revolução, hoje mulheres rurais tem a mesma qualidade de ensino que pessoas de classe alta, o que falta para as mulheres rurais é a falta de recurso do Estado nas escolas rurais.

Pensar na Educação em espaços rurais para mulheres rurais neste país é construir conhecimentos e saberes que possam alicerçar as lutas pela melhoria das condições de vida, condições estas que estão atreladas a processos educativos fundantes, que construam

bases sólidas e fortaleçam a luta pela qualidade da educação dos povos do campo. Uma educação que contribua para a consolidação das lutas dos movimentos sociais, que revigore as disputas referentes à questão agrária, à renda e à produção, que garanta às famílias condições de trabalho e vida digna.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Manoela Maria de. **O machismo no ambiente escolar: a verificação da existência de diferenças de tratamento entre alunas/professoras e alunos/professores no CED 14 de Ceilândia.** 2015.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de formação de educadores (as) do campo.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007

CALDART, R. S. **A escola do campo em movimento.** Revista Eletrônica Currículo sem Fronteiras, v. 3, n. 1, p. 60-81, jan. /Jun. 2003.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo.** Revista Trabalho Necessário, v. 2, n. 2, 2004.

CALDART, R. S.; ARROYO, M. G.; MOLINA, M. C. (org.). **Por uma educação do campo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** Campinas, SP: 51 Papyrus, 1994.

GROLLI, Dorilda. Lampert, Ernâni (org.) **Educação para a cidadania.** Porto Alegre: Sulina, 1999.

MANÇANO, F. B. (org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual:** São Paulo: CLACSO/Expressão popular, 2008.

PETTY, M.; TOMBIM, A.; VERA, R. **Uma alternativa de educação rural.** In: WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J. D. (org.). **Educação rural no Terceiro Mundo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 31-64.

SANTOS, Kátia Maria Limeira. **Educação rural no Brasil: um olhar a partir do contexto histórico.** In: **IV Congresso Sergipano de História e IV Encontro Estadual de História da ANPUH/SE.** Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. 2014.

SANTANA, Dinameres **Fontes de. Discriminação da mulher e do Direito do trabalho: da proteção à promoção da igualdade.** Conteúdo Jurídico, Brasília- DF: 13 fev. 2012.

SCHWENDLER, F, Sônia. **Principais problemas e desafios da Educação do Campo no Brasil e no Paraná.** In: PARANÁ. Cadernos Temáticos: Educação do Campo. Curitiba, 2008. p. 35-46.

SILVA, Sérgio Gomes da. **Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher.** In: Psicologia ciênc. prof. Brasília, v. 30, n.3. Set. 2010.

Recebido em: 10/11/2022

Aprovado em: 15/12/2022

Publicado em: 23/12/2022